



### MEMÓRIA E HISTÓRIA DAS “HEROÍNAS DA INDEPENDÊNCIA” DO BRASIL NA BAHIA NA CELEBRAÇÃO AO 2 DE JULHO: DO ESQUECIMENTO AO PROTAGONISMO<sup>1</sup>

Vanessa de Almeida Dócio  
Doutora em História pela Universidade Federal da Bahia - UFBA  
<https://orcid.org/0009-0006-3915-034X>

#### Resumo

A Guerra de Independência do Brasil na Bahia foi marcada por nomes, como, a soror Joana Angélica, Maria Quitéria de Jesus, Maria Felipa de Oliveira e as Caretas do Mingau, personagens que, ao longo dos 200 anos de celebração desse evento histórico, sofreram um processo de ocultamento e iluminação determinado pelos usos ideológicos dados às narrativas da história da Guerra de Independência, no contexto de construção do projeto de Brasil pensado pelas elites que elaboraram a história oficial de nosso país, realizada ao longo dos séculos XIX e XX. O objetivo deste artigo é o de abordar o processo de inserção das “heroínas da Independência” nas celebrações ao 2 de Julho a partir das narrativas elaboradas pelo Estado. Tendo em vista que a celebração ao 02 de Julho, em seus dois séculos de existência, sofreu as influências das mudanças políticas, culturais e sociais que se processaram na sociedade baiana e brasileira, apenas no século XXI, é que as mulheres tiveram a sua participação reconhecida e amplamente divulgada, tornando-se o tema principal dos debates e das celebrações cívicas que marcaram os festejos em homenagem ao bicentenário do 02 de Julho realizados em 2023.

#### Palavras-chave

Mulheres; Memória; 2 de Julho.

---

<sup>1</sup> Artigo produzido no contexto dos estudos desenvolvidos para participação em dois eventos distintos: o painel intitulado *As Heroínas e o 2 de Julho*, evento *Nasce o Sol a 2 de Julho: Justiça e Independência*, realizado pela Ordem dos Advogados do Brasil – Seção Bahia (OAB-BA), em 2023; Entrevista concedida, em 19 de junho de 2024, ao programa *Ponto a Ponto Mulher* da TV ALBA, cujo tema foi *A Importância das Mulheres na Independência do Brasil na Bahia*.

# MEMORY AND HISTORY OF THE “HEROINES OF INDEPENDENCE” OF BRAZIL IN BAHIA IN THE CELEBRATION OF JULY 2ND: FROM OBLIVION TO PROTAGONISM<sup>2</sup>

## Abstract

The Brazilian War of Independence in Bahia was marked by names such as Soror Joana Angélica, Maria Quitéria de Jesus, Maria Felipa de Oliveira and the Caretas do Mingau, characters who, over the 200 years since the celebration of this historical event, have suffered a process of concealment and illumination determined by the ideological uses given to the narratives of the history of the War of Independence, in the context of the construction of the project of Brazil conceived by the elites who elaborated the official history of our country, carried out throughout the 19th and 20th centuries. This article aims to look at the process of inserting the “heroines of Independence” into the July 2<sup>nd</sup> celebrations, based on the narratives produced by the state. Given that the celebration of the July 2nd anniversary, in its two centuries of existence, has been influenced by the political, cultural and social changes that have taken place in the society of Bahia and Brazil, it is only in the 21st century that women have had their participation recognized and widely publicized, becoming the main theme of the debates and civic celebrations that marked the festivities in honor of the bicentenary of the July 2nd anniversary held in 2023.

## Keywords

Women; Memory; July 2<sup>nd</sup>.

## INTRODUÇÃO

Na Bahia, o processo de Independência do Brasil ficou marcado e conhecido por uma data específica, 2 de Julho de 1823, dia que assinala o final dos conflitos armados que desde o ano anterior vinham sendo realizados no território baiano em prol da separação do Brasil de Portugal. Na atualidade, o dia 2 de Julho faz parte do calendário de celebrações cívicas realizadas anualmente, tanto em Salvador quanto em diversas cidades do interior do Estado.<sup>3</sup> No ano de 2006, o Instituto do Patrimônio Cultural da Bahia (IPAC/BA) reconheceu o cortejo ao 2 de Julho como patrimônio cultural da Bahia,

---

<sup>2</sup> Article produced in the context of studies developed for the participation in two different events: the panel entitled *The Heroines and the July 2nd*, the event *Sunrise on July 2nd: Justice and Independence*, held by the Brazilian Bar Association - Bahia Section (OAB-BA), in 2023; Interview given on June 19, 2024, to the TV ALBA program *Ponto a Ponto Mulher*, on the subject of *The Importance of Women in the Independence of Brazil in Bahia*.

<sup>3</sup> A Constituição do Estado da Bahia (1989) oficializou a data 02 de julho como feriado estadual.

escrevendo a celebração no Livro do Registro Especial de Eventos e Celebrações Estado (Decreto nº 10.179/2006).

Os festejos ao 2 de Julho começaram a ser realizados ainda no século XIX, sendo celebrado oficialmente pela primeira vez em 1824. Em seus dois séculos de existência, esses festejos sofreram a influência das mudanças políticas, culturais e sociais que se processaram na sociedade baiana e brasileira, tendo a sua linguagem atualizada para dar destaque a personagens antes esquecidos, oferecendo novas leituras e interpretações para os eventos históricos que caracterizaram a Guerra de Independência, bem como um novo olhar para a sociedade baiana daquele início do século XIX.

A chamada Guerra de Independência do Brasil na Bahia contou com a participação de integrantes da elite colonial e de representantes das camadas mais pobres da sociedade, pessoas diversas que se juntaram para formar um exército composto por soldados regulares e voluntários, marcado pela presença de pessoas escravizadas, libertos, indígenas, caboclos, religiosos, dentre outros.<sup>4</sup> No entanto, assim como ocorre no nível nacional, dentro das fronteiras do Estado da Bahia, as narrativas históricas acerca do processo de independência, por muito tempo, foram assinaladas por silêncios a respeito da diversidade de personagens que atuaram na guerra.

Do mesmo modo, em território baiano, a Guerra de Independência contou com a participação marcante de mulheres que, em sua maioria, permanecem desconhecidas pela historiografia até os dias atuais. Contudo, essa participação é representada por nomes, como, a abadessa soror Joana Angélica de Jesus, Maria Quitéria de Jesus e Maria Felipa de Oliveira, mulheres que, ao seu modo, pegando em armas ou não, contribuíram para a derrota das tropas portuguesas. São mulheres que, nesse início de século XXI, tiveram seus nomes destacados em meio às comemorações do bicentenário da Guerra de Independência do Brasil na Bahia.

Diante disso, o objetivo deste artigo é o de abordar o processo de inserção das “heroínas da Independência” nas celebrações ao 2 de Julho a partir das narrativas elaboradas pelo Estado. Tendo em vista que o reconhecimento e a inclusão dos nomes femininos nas narrativas históricas que abordavam a Guerra de Independência do Brasil na Bahia foi sendo realizado de forma paulatina, levaria dois séculos para as mulheres terem a sua participação reconhecida e amplamente divulgada, tornando-se o tema

---

<sup>4</sup> TAVARES, Luís Henrique Dias. *História da Bahia*. 12. ed. Salvador: EDUFBA; São Paulo: UNESP, 2019.

principal dos debates e das celebrações cívicas que marcaram os festejos ao 02 de Julho no ano de 2023.

## OS FESTEJOS AO 2 DE JULHO: UMA MEMÓRIA EM DISPUTA

Na Bahia, em 1824, ano seguinte à vitória na Guerra de Independência, iniciou-se o processo de realização de comemorações cívicas em torno do 02 de Julho, compostas por cortejos que celebravam o retorno dos portugueses à sua pátria, em um ciclo de comemorações, iniciado logo após o período de festas juninas e que culminam com os desfiles cívicos empreendidos no dia 02 do mês de julho.

A partir do ano de 1824, se inicia um processo de composição de duas festas distintas que se interpenetram: a popular, organizada de forma espontânea pelo povo, e a celebração formal, apropriada pelo Estado, que tentou construir o cortejo a partir das narrativas que lhe eram convenientes. No âmbito deste trabalho, procuro abordar a realização da celebração formal, perseguindo as práticas do Estado no processo de organização da festa e de destaque dos personagens homenageados durante as celebrações.

As festas cívicas possuem um papel essencial de reafirmar a construção de uma “memória coletiva”. Nesse contexto, o Estado, fundamentado em um marco histórico que precisa ser lembrado, difunde a ideia de nação e nacionalidade, por meio de uma narrativa oficial. Portanto, os momentos festivos são espaços propícios para estabelecer estratégias de legitimação, esboçando as bases das políticas de memória assim como de rupturas políticas. Por essa razão é que se selecionam determinadas datas, personagens e acontecimentos considerados como dignos de lembrança, bem como os meios a serem empregados para representá-los.<sup>5</sup>

O cortejo ao 2 de Julho é um patrimônio forjado no âmbito do nacionalismo e se encontra aliado ao processo de formação da nacionalidade e da identidade nacional construídas ao longo do século XIX. Dados da historiografia mais recente apontam que desde o início o Estado tentou se apropriar e organizar a festa, na tentativa de fazer um cortejo formal, nos moldes de um desfile oficial, com culto ao imperador, e a composição

---

<sup>5</sup> HALBWACHS, Maurice. *A memória coletiva*. São Paulo: Centauro, 2004.

de um cerimonial formal e higienista no qual a participação popular não seria contemplada.<sup>6</sup>

No século XIX, as narrativas que desenvolveram o cerimonial do 2 de Julho são orientadas pela concepção de história de cunho positivista, engendrado sob a ótica do político, destacando os fatos memoráveis da trajetória histórica da Nação. Nesse período, a História ignorava a presença de grupos sociais e indivíduos que participam dos eventos históricos, e os historiadores se dedicavam à criação de histórias nacionais, resgatando heróis e feitos notáveis, com o propósito de formar Estados nacionais e fomentar o surgimento da identidade nacional.<sup>7</sup> Por conseguinte, a noção de história que orientou o início dos festejos tinha supremacia da história política – narrativa, factual, linear, patriarcal, masculina – que exaltava os grandes homens e heróis nacionais. Nesse contexto, Dom Pedro I foi eleito como o principal herói da Independência, em uma celebração que procurou valorizar os elementos representativos do homem, branco europeu, minimizando e/ou negando a presença da população de origem africana bem como das mulheres na Guerra de Independência.

O primeiro desfile marca a invenção de uma tradição voltada para a celebração da independência do Brasil na Bahia, sendo o início de um processo de construção simbólica de narrativas que se estendem para além dos limites dos fatos específicos da Guerra de Independência. Caracteriza-se, assim, como um “lugar de memória” para a sociedade baiana e brasileira, lugar esse que, ao ser construído ao longo do tempo, sofreu a influência das diversas mudanças políticas, sociais e culturais pelas quais passaram a sociedade no transcorrer dos séculos XIX e XX, bem como dos debates políticos e sociais característicos do início do século XXI.

Em seus duzentos anos de existência, os festejos também foram caracterizados pela “disputa de memórias”, pois, em meio à celebração ao 02 de Julho – lugar de memória que exhibe narrativas da história nacional –, sofreriam a ação do presente, tendo a sua existência permeada pelos conflitos políticos de cada período histórico.<sup>8</sup> O conceito

---

<sup>6</sup>ALBUQUERQUE, Wlamyra. *Algazarra nas Ruas*. Comemorações da Independência na Bahia (1889-1923). Campinas: Editora da Unicamp, 1999; BALDAIA, Fabio Peixoto Bastos. *A Festa, o Drama e a Trama: cultura e poder nas comemorações da Independência da Bahia (1959-2017)*. Tese (Doutorado - Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais) – Universidade Federal da Bahia, Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, 2018.

<sup>7</sup>PROST, Antoine. *Doze lições sobre a história*. 2. ed.; 4. reimp. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2017.

<sup>8</sup>NORA, Pierre. Entre memória e história: a problemática dos lugares. In. *Projeto História: revista do programa de estudos pós-graduados em história e do departamento de história – PUC/USP*. vol. 01, n. 10, 1993; DÓCIO, Vanessa de Almeida. *Construindo narrativas pelos caminhos da salvaguarda: Gustavo Barroso no entorno do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (1930-1945)*. Salvador: UFBA, 2021.

de “lugares de memória”, aplicado a celebração ao 02 de Julho, remete ao espaço simbólico como apoio para a construção de uma memória coletiva. Sendo assim, durante os 200 anos de realização dos festejos ao 2 de Julho, foi construído um lugar simbólico, em função dos diferentes usos dados à memória, na tentativa de colocar o passado a serviço do presente e do futuro. Nesse cenário, o presente surge na condição de um dos elementos que orientam a elaboração do passado à medida que são justamente os sujeitos do presente que trazem à tona os eventos pretéritos, objetivando atender às expectativas que lhe são contemporâneas.

Desse modo, em torno da questão da independência da Bahia e em meio aos festejos ao 2 de Julho, foram elaborados diversas narrativas que aparecem sob a forma de representações das posições políticas e sociais dos responsáveis por organizar os festejos em cada momento histórico.<sup>9</sup> Assim sendo, tendo em vista o tema da inclusão da presença de mulheres nos festejos ao 2 de Julho, iremos abordar de que forma e quando essas personagens passaram a ter destaque nessa celebração.

## A CABOCLA: REESCREVENDO A HISTÓRIA DO CONFLITO

O caboclo foi o primeiro personagem popular a compor o desfile ao 2 de Julho, e tendo a incumbência de simbolizar o povo brasileiro, este personagem era representado por um “caboclo em pessoa”. A pesquisadora Antonieta de Aguiar Nunes<sup>10</sup> destaca que, no ano de 1826, o caboclo (o brasileiro) foi substituído por uma escultura confeccionada em madeira, esmagando um dragão que simbolizava o domínio português. Ainda segundo a autora,

Vinte anos depois de esculpido o caboclo, 1846, sendo presidente da província da Bahia Francisco José de Souza Soares d’Andrea, português de nascimento, por achar muito ultrajante para seus patrícios aquele desfile anual, encomendou ao também famoso escultor Domingos Pereira Baião a feitura de uma cabocla representando a índia Catarina Paraguaçu que havia dado origem, com seu marido português, Diogo Alvares Correia, o Caramuru, a muitas importantes famílias baianas. Queria simbolizar com isso a união dos dois povos na formação de uma nova nacionalidade, acabando com as rivalidades entre brasileiros e portugueses. Andrea pretendia que a cabocla substituísse o caboclo no desfile, mas, devido à reação popular, acabou aceitando a

---

Tese (doutorado) – Universidade Federal da Bahia. Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, Salvador, 2021.

<sup>9</sup> CHARTIER, Roger. *A História Cultural: entre práticas e representações*. Lisboa: DIFEL, 1990.

<sup>10</sup> NUNES, Antonietta de Aguiar. O ciclo das comemorações cívicas baianas: as festividades do Dois de Julho. In. *Rev. IGHB*. Salvador, v. 113, p. 345-362, jan/dez. 2018.

participação de ambos. O caboclo e a cabocla passaram desde então a sair juntos no cortejo, e já sem a habitual hostilidade contra os portugueses.<sup>11</sup>

A inclusão de Catarina Paraguaçu, figura que não havia participado da Guerra de Independência, revela a intenção deliberada de reescrever a história do conflito, apagando a animosidade com os portugueses ao destacá-los como parte da origem do povo brasileiro. A iniciativa do português Francisco José de Souza Soares d'Andrea se encontra inserida no processo de invenção de uma tradição de celebração da figura da cabocla, na qual a prática tradicional existente foi modificada, ritualizada e institucionalizada para servir a novos propósitos.

Eric J. Hobsbawm<sup>12</sup> destaca que “[...] toda tradição inventada, na medida do possível, utiliza a história como legitimadora das ações e como cimento da coesão grupal”. O elemento da invenção é particularmente nítido quando a história, que se tornou parte do cabedal de conhecimentos ou ideologia da nação, do Estado ou do movimento, corresponde àquilo que foi selecionado, descrito, popularizado e institucionalizado por quem estava encarregado de fazê-lo.<sup>13</sup> Dessa forma, importa para o 2 de Julho não somente a dimensão factual, mas o modo como as pessoas se organizam, interpretam e se apropriam da memória do conflito.

Em 1846, o presidente da província, respondendo a interesses políticos e com o intuito de satisfazer a certas exigências de justificação, tomou a iniciativa de promover o “enquadramento da memória” da Guerra de Independência do Brasil na Bahia que era narrada no cortejo ao 2 de Julho. Nesse ponto, é importante destacar as considerações de Michael Pollak ao destacar que “[...] o trabalho de enquadramento da memória alimenta-se do material oferecido pela história”.<sup>14</sup> Ainda segundo o autor, esse material pode ser interpretado e combinado a um sem-número de referências associadas, guiado pela preocupação não apenas de manter as fronteiras sociais, mas também de modificá-las, e realizado na reinterpretação incessante do passado, em função dos combates políticos, econômicos e ideológicos do presente e do futuro.<sup>15</sup>

---

<sup>11</sup> Nunes, 2018. p. 349, grifos nossos.

<sup>12</sup> HOBBSAWM, Eric. *Nações e nacionalismo desde 1780: programa, mito e realidade*. 6. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2013. p. 21.

<sup>13</sup> Dócio, 2021.

<sup>14</sup> POLLAK, Michael. Memória, esquecimento, silêncio. In. *Estudos históricos*. Rio de Janeiro, vol. 02, n. 03, 1989. p. 09. POLLAK, Michael. Memória e identidade. In. *Estudos históricos*. Rio de Janeiro, vol. 05, n. 10, 1992.

<sup>15</sup> Pollak, 1989, p. 10.

O historiador Carlos Alberto Vesentini<sup>16</sup>, na tese intitulada *A Teia do Fato: uma proposta de estudo sobre a memória histórica*, alerta para a necessidade dos pesquisadores se atentarem para a complexidade existente na construção e nos estudos sobre a memória histórica, para tanto, considera que o que fica registrado na memória histórica, como resíduo, não são apenas os agentes políticos, mas projetos políticos. Em sua análise, Carlos Alberto Vesentini chama a atenção para a complexidade dos conflitos e a forma como as interpretações se sobrepõem e se reestruturam, visando estabelecer uma vasta temporalidade, na qual a memória vitoriosa se estrutura sem desconsiderar os fragmentos das memórias perdidas. Isso ocorre porque é apenas através do reconhecimento do outro que a vitória se concretiza e, através dele, a solidificação do processo de memorização. Nesse domínio interpretativo, destaca-se a dificuldade em definir simples contraposições entre diversos grupos. Apesar de o processo histórico ser diverso, fragmentado e carregado de vários projetos e necessidades específicas, a formação de núcleos orientadores de memórias prevalece sobre a recordação de lutas específicas na construção de uma temporalidade dominante. Por essas vias, as tradições são formadas e ganham significados que, com o passar do tempo, começam a ser percebidas e entendidas como naturais, universais e, frequentemente, são associadas ao próprio processo histórico.

Nesse seguimento, é válido considerar que, em meio ao processo de invenção da tradição de celebração da figura da cabocla no contexto do cortejo ao 2 de Julho, emerge um projeto político que visava à dissolução dos momentos cruciais da luta, que passa a perder importância e significado, fato essencial para que a memória que se pretendia construir fosse estabelecida, e dessa forma, viabiliza-se “[...] a perda e o esquecimento de instantes cruciais e de especificidades de propostas feitas no campo da luta e do possível”.<sup>17</sup>

Não por acaso, em sua iniciativa, Francisco José de Souza Soares d’Andrea silenciou sobre a presença das mulheres como a abadessa soror Joana Angélica, assassinada em meio aos eventos que marcaram o início dos conflitos e de outras, a exemplo de Maria Quitéria de Jesus e Maria Felipa de Oliveira, mulheres que participaram diretamente do conflito armado.<sup>18</sup> Os combates políticos e ideológicos que

---

<sup>16</sup> VESENTINI, Carlos Alberto. *A Teia do fato. Uma proposta de estudo sobre a memória histórica*. São Paulo. Editora Hucitec, 1997.

<sup>17</sup> Vesentini, 1997, p. 164.

<sup>18</sup> A pesquisadora Marcela Telles, no artigo *Maria Quitéria: Algo Novo na Frente de Batalha*, aborda a participação dessa personagem nos conflitos armados. Já a atuação de Maria Felipa de Oliveira é investigada pela historiadora Cidinha da Silva, no artigo intitulado *Maria Felipa de Oliveira, a Mulher que Veio do Mar e Ruminava Fogo*. Ambos os textos foram publicados no livro: In. STARLING, Heloísa;

esse personagem pretendeu realizar ao tentar dominar a narrativa não abarcava a inclusão oficial dessas e de outras mulheres como protagonistas na guerra. Dessa forma, aguardaríamos até o início do século seguinte para ver nomes, como a da abadessa soror Joana Angélica, serem homenageados de forma oficial em meio às comemorações cívicas ao 2 de Julho.

## MARIA QUITÉRIA E JOANA ANGÉLICA: DO FESTEJO POPULAR À CELEBRAÇÃO OFICIAL

Iniciada em fevereiro de 1822, a Guerra de Independência do Brasil na Bahia se prolongaria por mais de um ano, sendo finalizada com a derrota das últimas tropas fiéis a Portugal em 2 de julho de 1823; em consequência, na madrugada daquele mesmo dia, o exército lusitano retornou para Portugal e logo pela manhã o exército brasileiro entrou na Cidade do Salvador pela estrada da Boiada.<sup>19</sup> O historiador Luiz Henrique Dias Tavares, ao narrar esse fato histórico, destaca que os soldados brasileiros foram recebidos com festa em uma iniciativa espontânea da população soteropolitana.

Foi festejado pelas freiras do convento da Soledade, “grupo de cidadãos de todas as ordens dando vivas ao imperador”, que soltavam foguetes, “e senhoras vestidas das cores verdes e amarelas lançaram das janelas, entre aplausos vivos, odoríferas flores sobre a oficialidade e soldados”, conforme descreveu Lima e Silva no ofício dirigido a dom Pedro em 6 de julho.<sup>20</sup>

Essa manifestação espontânea, realizada pela população ainda nas primeiras horas do fim da Guerra, marca o primitivo início dos festejos ao 2 de Julho, celebração apropriada pelo Estado Imperial no ano seguinte, quando no dia 2 de julho de 1824, na Bahia, seria realizado o primeiro desfile oficial em comemoração à Independência. No festejo de 1823, fica evidente a participação de mulheres representadas pela presença das “freiras do convento da Soledade” assim como das senhoras vestidas com as cores verde e amarelo, fato que demonstra que as mulheres não se furtaram de se posicionar politicamente frente à Guerra de Independência, e, se fazendo presente desde o início do conflito, marcariam também a celebração do final da Guerra.

---

PELLEGRINO, Antônia (Orgs). *Independência do Brasil: as Mulheres que Estavam Lá*. Rio de Janeiro: Bazar do Tempo, 2022.

<sup>19</sup> TAVARES, Luís Henrique Dias. *Independência do Brasil na Bahia*. Salvador: EDUFBA, 2005.

<sup>20</sup> Tavares, 2019, p. 254.

As pesquisadoras Maria Ligia Coelho Prado e Stella Scatena Franco, no artigo intitulado *Participação Feminina no Debate Público Brasileiro*<sup>21</sup>, destacam que

Política não se restringe à esfera do Estado e de suas instituições. Ela atravessa os domínios da vida cotidiana e se encontra presente nas relações variadas que estabelecem entre os indivíduos, incluindo aquelas entre homens e mulheres. Também há política nas representações e simbologias elaboradas pelos diversos grupos sociais e nas manifestações (espontâneas ou organizadas) em que até mesmo os sentimentos têm peso importante. Com isso, fica mais fácil compreender determinadas atitudes, comportamentos e decisões tomadas por mulheres brasileiras no século XIX e observar com outros olhos sua produção cultural: agregando-lhes uma dimensão política até agora ainda não suficientemente notada.<sup>22</sup>

Maria Ligia Coelho Prado e Stella Scatena Franco analisam a participação das mulheres nos momentos de “ruptura institucional”, a partir dos textos editados durante o século XIX que se comprometiam em escrever a “história da jovem nação brasileira, colaborando para forjar sua uma nova identidade”, e apontam que a Independência do Brasil foi consagrada pela produção literária do século XIX como marco cronológico, “o momento do nascimento da nação brasileira, e as mulheres que se destacaram nessa conquista foram louvadas como “heroínas da pátria” pela história escrita”.<sup>23</sup>

A produção historiográfica do século XIX deixa evidente que a Guerra de Independência do Brasil na Bahia foi marcada pelo protagonismo das mulheres na frente de batalha, uma vez que, pegando em armas e/ou usando estratégias diversas, elas fizeram parte dos conflitos, deixando a sua marca na história do Brasil e da Bahia. Nesse período, os nomes de Maria Quitéria de Jesus e da abadessa Joana Angélica encontraram destaque na produção historiográfica por elas estarem diretamente ligadas à Guerra de Independência, sendo consideradas como “heroínas da Independência”.

A abadessa soror Joana Angélica é lembrada não por ter pegado em armas, mas por ter sido assassinada durante o início dos conflitos, ao tentar impedir a invasão do Convento da Lapa pelas tropas lusitanas. O historiador Luís Henrique Dias Tavares, em seu livro *Independência do Brasil na Bahia*<sup>24</sup>, desta que a morte da abadessa Joana Angélica, ocorreu no dia 19 de fevereiro de 1822, em meio à invasão do Convento de Nossa Senhora da Conceição da Lapa que era praticamente vizinho ao Quartel da

---

<sup>21</sup> PRADO, Maria Lígia Coelho; FRANCO, Stella Scatena. *Participação Feminina no Debate Público Brasileiro*. In. PINSKY, Carla Bassanezi; PEDRO, Joana Maria (Org.). *Nova História das Mulheres no Brasil*. São Paulo: Contexto, 2023.

<sup>22</sup> Prado; Franco, 2023, p. 194-195.

<sup>23</sup> Prado; Franco, 2023, p. 195.

<sup>24</sup> Tavares, 2005.

Mouraria. Portanto, a morte da abadessa estava ligada ao contexto de ocupação dos quartéis da Lapa e da Mouraria pelos batalhões da Legião Constitucional Lusitana e da Cavalaria, ou seja, pelos militares portugueses que empossaram o brigadeiro Inácio Luís Madeira de Melo no posto de governador das Armas na província da Bahia. “Supõe-se que morreram na Cidade do Salvador de 200 a 300 pessoas nos dias 18, 19, 20 e 21 de fevereiro”.<sup>25</sup>

Maria Quitéria de Jesus se destaca por ter lutado como soldado; inicialmente, se disfarçando de homem, conseguiu se alistar usando o nome de soldado Medeiros. O historiador Luís Henrique Dias Tavares, citando Lima e Silva, destaca que Maria Quitéria participara de três combates.

Três vezes que entrou em combate apresentou feitos de grande heroísmo, avançando, de uma vez, por dentro de um rio, com água até os peitos, sobre uma barca, que batia renhidamente nossa tropa [combate do Funil]. O general Labatut conferiu-lhe a honra de 1º Cadete, e como tal teria sido considerada no Batalhão n. 3 do Exército Pacificador.<sup>26</sup>

Após a derrota das tropas portuguesas, em julho de 1823, Maria Quitéria de Jesus foi reconhecida como heroína da Independência, tendo sido recebida pelo imperador Dom Pedro I, em agosto de 1823, no Rio de Janeiro, que lhe conferiu o título de Cavaleiro da Ordem Imperial do Cruzeiro e um soldo de alferes de linha.<sup>27</sup>

Ainda no ano de 1823, Maria Quitéria de Jesus e Joana Angélica, as duas “heroínas da Independência” serão celebradas em meio aos festejos populares que marcaram o final dos conflitos. Maria Ligia Coelho Prado e Stella Scatena Franco – citando Joaquim Norberto e Joaquim Manuel de Macedo – destacam que, quando Maria Quitéria de Medeiros, no dia 2 de julho de 1823, entrou na cidade de Salvador acompanhando as tropas imperiais, em uma “ação patriótica”, foi recebida pelas freiras do Convento da Soledade.

[...] após a vitória sobre o general Madeira, ofereceram uma recepção “aos defensores da pátria” para, entre outras coisas, vingar o “martírio de madre Joana Angélica”. Elas ergueram, na cidade, um arco triunfal enramado de folhas verdes para bem receber os vitoriosos liderados pelo general Lima e Silva. Maria Quitéria, que acompanhava as tropas do general, foi coroada pelas religiosas com uma grinalda de folhas e flores. (Esses atos indicam que as religiosas conferiram à morte de Joana Angélica um conteúdo político, ao associar a simbologia cristã do “martírio” à “defesa da pátria”. Também

---

<sup>25</sup> Tavares, 2005, p. 49.

<sup>26</sup> Tavares, 2005, p. 254.

<sup>27</sup> Tavares, 2019; Prado; Franco, 2023.

“perdoaram” a transgressão de Maria Quitéria – fazer passar-se por homem – com o ritual do seu coroamento).<sup>28</sup>

Nos festejos oficiais organizados no ano seguinte, em 1824, os nomes de Maria Quitéria de Jesus e Joana Angélica foram lembrados em meio à narrativa da Guerra da Independência elaborada pelo Estado Imperial em um processo que manteve o reconhecimento popular recebido no ano anterior. No primeiro desfile cívico em celebração ao 2 de Julho, Maria Quitéria de Jesus desfilara ao lado do comandante da tropa, fato que reforça e destaca a sua importância e o reconhecimento da sua atuação na luta pela independência do Brasil. Não obstante, esse mesmo reconhecimento oficial oculta a presença de outras mulheres que participaram da luta pela independência. No cortejo ao 2 de Julho, não por acaso, a figura de Maria Quitéria de Jesus passaria a ser apresentada sozinha, muito embora, ainda no século XIX, pesquisadores já indicassem que Maria Quitéria teve seguidoras. Joaquim Manuel de Macedo, por exemplo, relata que Maria Quitéria teria lutado “[...] contra os soldados lusitanos à frente de dezenas de impávidas amazonas baianas”, na foz do Paraguaçu. Joaquim Norberto de Sousa e Silva, na obra *Brasileiras Celebres* (1878), informa que várias mulheres, “indignadas com os atos violentos do exército português, teriam pegado em armas”.<sup>29</sup>

A historiadora Antonietta de Aguiar Nunes, em seu artigo intitulado *O ciclo de comemorações cívicas baianas: as festividades do Dois de Julho*, destaca que os festejos ao 02 de Julho foram sendo construídos ao longo do século XIX, com a inclusão de novos personagens, ampliação ou mudança de trajetórias.<sup>30</sup> Já no final desse século, após a Proclamação da República, a celebração ganhou um novo impulso. Ainda segundo a autora,

Em 26 de julho de 1914 a Liga Baiana de Educação Cívica inaugurou um Panteon em Pirajá, para onde foram levados os restos de Pedro Labatut na sua urna de mármore, encimada por busto colocado nesta ocasião. Cinco anos depois, em 20 de julho de 1919, a comissão popular dos festejos de 02 de julho deste ano inaugurou no Panteon os retratos emoldurados do almirante Lord Alexander Thomas Cochrane e do general José Joaquim de Lima e Silva; em 02 de julho de 1920 colocaram-se aí os retratos das heroínas baianas Joana Angélica e Maria Quitéria de Jesus.<sup>31</sup>

A inclusão dos retratos de Joana Angélica e Maria Quitéria de Jesus no Panteon em Pirajá demonstra que a década de 1920 traz um novo olhar de valorização da

---

<sup>28</sup> Prado; Franco, 2023, p. 198-200.

<sup>29</sup> Prado; Franco, 2023, p. 198.

<sup>30</sup> Nunes, 2018.

<sup>31</sup> Nunes, 2018, p. 352, grifos nossos.

participação de mulheres na Guerra de Independência do Brasil na Bahia. Ainda na primeira metade dessa década, a abadessa do Convento da Lapa receberá de forma oficial o título de “primeira heroína da Independência”, ficando em evidência no contexto das comemorações do primeiro centenário da Independência do Brasil na Bahia.

A morte da religiosa ganhou maior visibilidade no início do século XX, quando Bernardino José de Souza publicou o artigo intitulado *Joanna Angélica: a Primeira Heroína da Independência do Brasil, na Comemoração do Primeiro Centenário do seu Sacrifício*.<sup>32</sup> O historiador Luís Henrique Dias Tavares considera ser evidente que a qualificação de Joana Angélica como “[...] primeira heroína da Independência” foi realizada por Bernardino José de Souza no “entusiasmo das comemorações em 1923 do 1º Centenário do Dois de Julho de 1823, que estavam sendo realizadas na Cidade do Salvador quando publicou o seu estudo”.<sup>33</sup> Ainda segundo o autor, o 02 de Julho de 1823 é data histórica que marca “[...] a libertação da Cidade de Salvador do Exército de Portugal. Nas comemorações do seu 1º Centenário (1923) constou a colocação de uma lápide na porta da clausura do convento da Lapa em memória do sacrifício de soror Joana Angélica”.<sup>34</sup>

A iniciativa de Bernardino José de Souza, aliada às celebrações do primeiro centenário em 1923, acompanhada da colocação da lápide na porta do “convento da Lapa em memória do sacrifício de soror Joana Angélica”, inseriu o convento e a sua abadessa na memória coletiva, tornando-o um lugar topográfico e ao mesmo tempo simbólico. Nesse sentido, é válido destacar as considerações do historiador francês Pierre Nora, ao advertir que a memória sofre a interferência marcante das questões do presente na seleção dos elementos representativos da memória grupal.<sup>35</sup> Não por acaso, a partir das celebrações do primeiro centenário da Independência, as figuras de Joana Angélica e Maria Quitéria de Jesus ganharam destaque nas narrativas oficiais, tendo lugar reservado nos festejos cívico ao 2 de Julho.

---

<sup>32</sup> Bernardino José de Souza era advogado, professor de direito, membro e secretário perpétuo do Instituto Geográfico e Histórico da Bahia (IGHB) e da Academia de Letras da Bahia. Ao todo escreveu três trabalhos nos quais qualifica Joana Angélica como “heroína da Independência”: SOUZA, Bernardino José de. *Joanna Angélica: a primeira heroína da independência do Brasil, na comemoração do primeiro centenario do seu sacrificio*. Bahia: Imprensa Oficial do Estado, 1922.; SOUZA, Bernardino José de. Joana Angélica, a primeira heroína da Independência do Brasil. In. *Revista do Instituto Geográfico e Histórico da Bahia*. v. 48, p. 419-453. Salvador, 1923.; e SOUZA, Bernardino José de. *Heroínas bahianas: Joanna Angelica, Maria Quitéria, Anna Nery*. São Paulo: José Olympio, 1936.

<sup>33</sup> Tavares, 2019, p. 48.

<sup>34</sup> Tavares, 2005, p. 48.

<sup>35</sup> Nora, 1993.

No início da década de 1920, a apropriação da memória histórica de Joana Angélica e Maria Quitéria de Jesus ocorreu em meio a um processo de construção política dessas personagens, alicerçado no contexto histórico vivenciado pelas elites baianas durante a Primeira República. Descontentes com a marginalização do Estado em meio ao projeto de centralização desenvolvido pelo Rio de Janeiro, quanto à natureza da nação, as elites baianas procuraram empreender uma disputa simbólica, movimento de resistência que visava ao reconhecimento do 2 de Julho como feito nacional, dialogando diretamente com as comemorações realizadas pelo governo federal no período. No processo de luta simbólica entre os dois centenários, o festejo estadual e o federal, a Bahia, na Primeira República, buscou reivindicar o reconhecimento nacional da história regional, por meio da exaltação das lutas travadas em território baiano pela Independência Nacional, bem como dos personagens que estiveram envolvidos nos conflitos.<sup>36</sup>

Segundo o pesquisador Rinaldo Cesar Nascimento Leite, a elite procurou destacar elementos que dessem base para a elaboração de uma identidade própria, bem como ressaltar a relevância histórica do povo baiano frente à nação. Nessa conjuntura, a exaltação da participação da Bahia nas lutas da independência figura-se como marco simbólico capaz de reforçar a tradição de luta bem como as potencialidades do povo baiano.

O reforço das tradições, das potencialidades e das qualidades baianas pretendia constituir os elementos de uma identidade regional que, ao ser promovida, mostrava a Bahia e os baianos como elementos imprescindíveis na construção da nacionalidade, fosse na dimensão simbólica, fosse no efetivo exercício de influência e poder político.<sup>37</sup>

O governo do Estado da Bahia, durante as comemorações do primeiro centenário, procurou promover uma ampla divulgação e valorização da atuação dos baianos nas lutas pela independência do Brasil, por meio da publicação de diversas reportagens em jornais do Rio de Janeiro com o objetivo de fazer a propaganda da Bahia. Nesse cenário, emerge a valorização dos feitos heroicos realizados por personalidades como Joana Angélica e Maria Quitéria de Jesus. Logo, as homenagens prestadas a essas personagens figuram como parte do processo de uma construção política, pois, ainda segundo as considerações de Rinaldo Cesar Nascimento Leite, “[...] divulgar as virtudes se tornou um meio de

---

<sup>36</sup> LEITE, Rinaldo Cesar Nascimento. Memória e Identidade no Instituto Geográfico e Histórico da Bahia (1894-1923): Origens da Casa da Bahia e Celebração do 2 de Julho. In. *Revista Patrimônio e Memória*. São Paulo. 2011, v. 7, n. 1.

<sup>37</sup> Leite, 2011, p. 299.

exortar os baianos a lutar pela retomada da posição prestigiosa que conheceram um dia, assim como representava uma cobrança aos detentores do poder republicano para que devolvessem a Bahia ao lugar supostamente merecido”.<sup>38</sup>

## NA FRENTE DE BATALHA: MARIA FELIPA DE OLIVEIRA E AS CARETAS DO MINGAU

A Guerra de Independência do Brasil na Bahia foi marcada pela participação de diversas mulheres das camadas populares da sociedade, que, por muito tempo, permaneceram ocultas em meio às narrativas oficiais sobre o conflito, a exemplo de Maria Felipa de Oliveira – mulher negra, que comandou a resistência popular na Ilha de Itaparica no enfrentamento às tropas e embarcações portuguesas sendo, desse modo, também responsável por elaborar estratégias de enfrentamento ao exército Português<sup>39</sup> –, e das Caretas do Mingau – grupos de mulheres, oriundo de Saubara, que, durante os conflitos, ficaram responsáveis por alimentar os soldados brasileiros e abastecê-los com armas, para tanto, saíam de madrugada trajando roupas brancas e, fingindo serem fantasmas, amedrontavam os combatentes portugueses, abrindo passagem para entregar os alimentos nos locais combinados –, cuja participação na Guerra de Independência foi minimizada ou tratada como “folclore” ao longo dos séculos XXI e XX.<sup>40</sup>

Maria Felipa de Oliveira e as Caretas do Mingau são personagens que permaneceram vivas na memória coletiva das comunidades de onde eram originárias, porém não foram lembradas pela narrativa oficial engendrada pelo Estado, que, ao silenciar, acabou por relegar a memória dessas mulheres ao esquecimento. Desse modo, no discurso oficial, o cortejo ao 2 de Julho, enquanto lugar de memória, também passará por um processo de negação da memória das mulheres pertencentes às camadas

---

<sup>38</sup> Leite, 2011, p. 299.

<sup>39</sup> DAMASCENO, Karine Teixeira. 200 anos da Independência do Brasil na Bahia: Maria Felipa de Oliveira e outras tantas “guerreiras brasileiras”. In: *Revista Angelus Novus*. n. 17, 2021.; SILVA, Cidinha da. 200 Anos de independência e suas heroínas: Maria Felipa de Oliveira, uma mulher negra na luta pela Independência na Bahia. In. *Revista do Centro de Pesquisa e Formação*. São Paulo, n. 15, dez. 2022.

<sup>40</sup> ALMEIDA, Vanessa. P.. *A Guerra tem rosto de mulher: as caretas do mingau! Narrativas da independência da Bahia em Saubara*. 2017. Tese (Mestrado) – Programa de Pós-Graduação, Universidade Federal do Recôncavo da Bahia, Cachoeira. 2017; BARROS, Judite Santana. *Saubara dos cantos, contos e encantos*. Feira de Santana: Relomaq Gráfica Rápida, 2006; JESUS, Mariana Souza de. Protagonismo de mulheres negras no processo de independência do Brasil na Bahia: Caretas do Mingau na cidade de Saubara em 1823. In. *IV Copena Nordeste* (1) – 2. 2023; OREWÁ, Vanessa. *A Guerra Tem Rosto de Mulher: Caretas do Mingau!* Cruz das Almas, BA: EDUFRB, 2023.

populares, personagens pouco evidenciadas que compõem um quadro característico da diversidade de indivíduos que participaram do conflito. Contudo, do ponto de vista popular, o mesmo não acontece, pois Maria Felipa de Oliveira permaneceria vivia na literatura<sup>41</sup> e na tradição oral, sendo celebrada nas comemorações da Independência realizada em diversas cidades do Recôncavo Baiano, enquanto as Caretas do Mingau passaram a serem celebradas pelos moradores de Saubara, em uma manifestação que reivindica o reconhecimento da importância da participação feminina nas lutas pela Independência.

A historiadora Lina Aras – doutora em história social pela Universidade de São Paulo (USP) e professora da Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Federal da Bahia (UFBA) –, em entrevista concedida ao jornalista Gutemberg Cruz, destaca que o papel que coube às mulheres na Guerra da Independência ainda necessita ser melhor investigado.<sup>42</sup> Todavia, Lina Ares lembra que é preciso valorizar a atuação das mulheres das camadas populares da sociedade em momentos diversos da história do Brasil, pois:

Elas estavam basicamente na retaguarda. Na própria conquista da América, já encontramos uma mulher cuidando dos feridos, das enfermarias, da alimentação dos soldados, costurando os uniformes. Não temos que valorizar apenas quem pegou nas armas, mas quem esteve participando para que essa força armada fosse vitoriosa. Essas mulheres também merecem vir à tona. Para isso é necessário pesquisa. Elas estão aí nos documentos, resta que pesquisemos. [...] Elas romperam com o padrão estabelecido naquela época, saindo do lugar onde eram colocadas como subalternas para terem um lugar à frente da história. Assumiram a dianteira.<sup>43</sup>

Cabe destacar que a presença das mulheres na narrativa histórica, por muito tempo, foi marcada por um “caráter marginal”, aparecendo de forma “suplementar” à história dos homens, por isso pesquisar e escrever uma “história das mulheres” é uma iniciativa relativamente recente e revela uma profunda transformação nos estudos

---

<sup>41</sup> O nome de Maria Felipa de Oliveira será abordado inicialmente pela literatura, suas memórias estão presentes no romance histórico *O Sargento Pedro: tradições da Independência*, livro publicado em 1910, escrito por Xavier Marques, que foi premiado pela Academia Brasileira de Letras em 1920. João Ubaldo Ribeiro trata de Maria Felipa como Maria da Fé, atribuindo-lhe várias posturas políticas no seu famoso livro *Viva o Povo Brasileiro* (1985). No âmbito dos estudos históricos, destaca-se o livro *A Ilha de Itaparica, História e Tradição*, publicado pela primeira vez em 1942, escrito pelo historiador Ubaldo Osório Pimentel, nele Maria Felipa de Oliveira é descrita como sendo “mulher negra, corpulenta e estabonada”, comandando um grupo composto por aproximadamente 40 mulheres que atuaram, inicialmente, seduzindo os portugueses para, depois, incendiar as suas embarcações.

<sup>42</sup> CRUZ, Gutemberg. Maria Felipa: heroína da resistência na Independência da Bahia. In: *Diário Oficial do Estado da Bahia*. Municípios. Ano XCIII. Nº 19.854. Salvador, Bahia. 21 nov. 2008. P. 06.

<sup>43</sup> Cruz, 2008, p. 6.

históricos.<sup>44</sup> Segundo Michelle Perrot, será no século XIX que a História se constitui verdadeiramente enquanto ciência, tendo seus relatos marcados por uma perspectiva política, a partir da qual a “[...] história é a memória da República e da Nação, o relato histórico se organiza em torno dos acontecimentos públicos”, enquanto suas pesquisas são concentradas em temáticas ligadas à diplomacia, às guerras, tendo como fontes os “[...] documentos administrativos (crônica do poder)”.<sup>45</sup> Nesse contexto, “[...] as mulheres, que estão a maior parte do tempo ausentes desses lugares, desaparecem conseqüentemente do relato histórico”.<sup>46</sup> É nesse enredo que as celebrações ao 2 de Julho serão montadas, acompanhando a noção de história vigente no período, destacando os nomes daqueles que eram considerados como grandes nomes da política nacional, engendrando uma narrativa na qual não cabia a presença das pessoas pertencentes às camadas populares da sociedade.

No Brasil, uma mudança marcante na forma de compreensão do passado é iniciada ainda na segunda metade do século XX, quando ocorreu a inclusão de novos sujeitos e objetos de investigações históricas. No mesmo período, a temática da história das mulheres começa a ganhar uma relevância dentro da pesquisa histórica, em um momento em que o próprio ofício, o próprio trabalho dos historiadores, passava por uma série de mudanças, motivadas tanto por questões sociais quanto por alterações no campo conceitual e metodológico da ciência da História.

Durante as décadas de 1960 e 1970, os historiadores, sob influência da chamada terceira geração da Escola dos Annales<sup>47</sup>, passaram a investigar novos objetos e questões, buscando temas ligados à composição social e à vida cotidiana de operários, criados, mulheres, grupos étnicos e congêneres, para isso, buscaram desenvolver estudos que contemplassem a complexidade do ser humano em suas variadas formas de sentir, pensar e fazer.<sup>48</sup> A terceira geração dos Annales procurou enfatizar a história de grupos sociais, com especial interesse pela história dos silenciados, dos vencidos, repreendidos ou reprimidos; suas memórias e representações simbólicas. Nesse contexto, temas ligados à

---

<sup>44</sup> PERROT, Michelle. Escrever uma História das Mulheres: relato de uma experiência. In. *Dossiê: História das Mulheres no Ocidente*. Cadernos Pagu (4) 1995.; SCOTT, Joan. História das Mulheres. In. BURKER, Peter. *A escrita da história: novas perspectivas*. São Paulo: UNESP, 1992.

<sup>45</sup> Perrot, 1995, p. 13-14.

<sup>46</sup> Perrot, 1995, p. 13-14.

<sup>47</sup> Para uma maior compreensão sobre a Escola dos Annales, bem como da sua terceira geração ver: DOSSE, François. *A História em Migalhas*. São Paulo: Ensaio, Campinas, SP: EUEC, 1992; HUNT, Lynn. *A nova história cultural*. São Paulo: Martins Fontes, 1992.; PROST, Antoine. *Doze lições sobre a história*. 2. ed.; 4. reimp. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2017.

<sup>48</sup> Prost, 2017, p. 39; Hunt, 1992. p.2.

história das mulheres começam a ser abordados, a exemplo de gênero, sexualidade, família, trabalho, entre outros, frequentemente abordando o papel e a posição das mulheres na História, com o objetivo de evidenciar que essas não eram, e não são, meros coadjuvantes no processo histórico, ao contrário do que se acreditava anteriormente.

Segundo a pesquisadora Margareth Rago, a partir dos anos de 1970 em diante, ocorreu a emergência dos novos grupos sociais, étnicos e sexuais, que passaram a participar da vida pública, trazendo suas questões e reivindicações.<sup>49</sup> No campo historiográfico, é possível perceber que a inclusão de “novos sujeitos” aos estudos históricos possibilitou a eliminação da hierarquia dos temas e das problemáticas privilegiadas. Ainda segundo a autora, a ampla gama de excluídos que reclamaram seu lugar na história social do país promoveu a ampliação do leque temático e dos sujeitos históricos, forçou um alargamento do campo conceitual e acentuou a busca por novas formas de operar o conhecimento. Era necessário que o historiador pensasse diferente, assim, temas antigos passaram a ser renovados através das questões colocadas e novas interpretações a que são submetidos. Do mesmo modo, foi necessário diversificar as formas de analisar os documentos, ciente de que o historiador trabalha com a produção do discurso, ocorreu, então, a emergência de novos temas, novos problemas, até então inexplorados e despercebidos pelos historiadores.<sup>50</sup> O processo de produção do conhecimento incorporou a ampliação dos conceitos de cidadania e do direito à história e à memória. Na historiografia feminista, a teoria segue a experiência, opera-se uma desierarquização dos acontecimentos, todos se tornam passíveis de serem historicizados.<sup>51</sup>

Para a pesquisadora Diva do Couto Gontijo Muniz, no processo de ampliação e diversificação ocorrida no campo da pesquisa historiográfica, opera-se a “[...] incorporação de objetos/sujeitos até então excluídos do discurso historiográfico: as pessoas comuns”, entre as quais as mulheres iram obter destaque. Porém, escrever a “História das Mulheres”, reconhecendo a sua historicidade, “[...] impõe-se considerar as mulheres não como um conjunto homogêneo e coeso, mas em sua complexidade, instabilidade e diversidade étnica, racial, de classe, de sexo/gênero, geração, religião,

---

<sup>49</sup> RAGO, Margareth. A “nova” historiografia brasileira. In. *Anos 90*. Porto Alegre, n. 11, julho de 1999. Disponível em: <file:///C:/Users/ACER/Downloads/ceanos90,+11art5-1.pdf>. Acesso em 25 de dez de 2025; RAGO, Margareth. As mulheres na historiografia brasileira. In. SILVA, Zélia Lopes (Org.). *Cultura Histórica em Debate*. São Paulo: UNESP, 1995.

<sup>50</sup> MUNIZ, Diva do Couto Gontijo. Sobre História e Historiografia das Mulheres. In. *Caderno Espaço Feminino*. Uberlândia, MG. v. 31. n. 1. jan./jun. 2018.

<sup>51</sup> Rago, 1999, p. 87.

escolaridade”.<sup>52</sup> Ainda segundo a pesquisadora, “[...] essa inclusão marca a emergência da História das Mulheres, em meio às transformações na historiografia e às lutas feministas e das mulheres das décadas de 1960/70 em defesa da emancipação feminina e da igualdade de direitos”.<sup>53</sup>

Data desse período o germe da mudança que tornou capaz uma nova forma de compreender a participação das mulheres na Guerra da Independência do Brasil na Bahia, surgida como resultado de um processo histórico no qual os festejos ao 02 de Julho passaram a abarcar um caráter político decisivo, se tornando – a partir da década de 1970 em diante – palco para diversas manifestações e reivindicações populares, a exemplo dos movimentos sociais, da luta pela anistia, campanha pelas diretas já, dentre outros.

O surgimento de pesquisas que buscam analisar a atuação das mulheres negras no processo de Independência da Bahia, dando visibilidade a nomes como o de Maria Felipa de Oliveira e das Caretas do Mingau, foi fruto do processo de diversificação e incorporação de novos sujeitos ao discurso historiográfico, surgido da necessidade de se analisar a Guerra de Independência numa perspectiva decolonial e antirracista.<sup>54</sup> Segundo as pesquisadoras Viviane Carla Bandeira Santos e Andrea de Carvalho Moreira, “[...] questões referentes à atuação da mulher negra no processo de Independência é algo pouco debatido pela historiografia”, a realização de pesquisas que abordem esse tema figura como parte do “compromisso social do historiador” quando este se dedica a revisar os fatos de forma que as “experiências dos diferentes agentes sejam valorizadas na história”.<sup>55</sup>

No rol das pesquisas que buscam analisar a atuação das mulheres negras, se destaca a atuação da historiadora Eny Kleyde Vasconcelos Farias, pioneira nos estudos

---

<sup>52</sup> Muniz, 2018, p. 148.

<sup>53</sup> Muniz, 2018, p. 155.

<sup>54</sup> Para uma maior compreensão dos conceitos de decolonialidade e pensamento antirracista, ver: COSTA, Joaze Bernardinho; TORRES, Nelson Maldonado; GROSFUGUEL, Ramòn (Orgs.). *Decolonialidade e pensamento afrodiaspórico*. São Paulo: Autêntica, 2019; MIGNOLO, Walter. Colonialidade: O lado mais escuro da modernidade. In. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*. 32 (94), 2017; MIRANDA, Claudia; RIASCOS, Fanny. Pedagogias Decoloniais e Interculturalidade: desafios para uma agenda educacional antirracista. In. *Revista Educ. Foco: Juiz de Fora*, v. 21, n. 3, p. 545-572, set./dez. 2016; OLIVEIRA, Elizabeth de Souza; LUCINI, Marizete. O Pensamento Decolonial: Conceitos para Pensar uma Prática de Pesquisa de Resistência. In. *Boletim Historiar*, vol. 08, n. 01, Jan./Mar. 2021; OLIVEIRA, Luiz Fernandes de; CANDAU, Vera Maria Ferrão. *Pedagogia decolonial e educação antirracista e intercultural no Brasil. Educação em revista*, v. 26, n. 1, p. 15-40, 2010; QUINTERO, Pablo; FIGUEIRA, Patrícia; ELIZALDE, Paz Concha. *Uma breve história dos estudos decoloniais*. São Paulo: MASP Afterall, 2019.

<sup>55</sup> CARLA, Viviane; CARVALHO, Andrea. Narrativas Femininas na Independência da Bahia: um Caminho para Educação Antirracista e Decolonial. In: *Estudos IAT*. Salvador, v. 5, Edição Especial Prêmio Luís Henrique Dias Tavares, 2020.

acadêmicos sobre Maria Felipa de Oliveira, que realizou uma investigação minuciosa, apoiada em fontes documentais e usando a metodologia da história oral, e, para tanto, entrevistou diversos moradores da Ilha de Itaparica, processo registrado em “Cartas de Cessão” que se constituem em valiosos documentos sobre essa personagem.<sup>56</sup> Os oito anos de pesquisa resultaram na publicação, em 2010, do livro intitulado *Maria Felipa de Oliveira: heroína da independência da Bahia*, obra que se tornou referência para os estudos sobre Maria Felipa de Oliveira.<sup>57</sup>

No âmbito oficial, datam do início do século XXI as primeiras iniciativas governamentais em direção ao reconhecimento e à valorização da atuação de mulheres como Maria Felipa de Oliveira na Guerra de Independência. O jornalista Gutemberg Cruz, no artigo intitulado *Maria Felipa: Heroína da Resistência na Independência da Bahia*, publicado no Diário Oficial do Estado da Bahia em 2008, abordou a importância da contribuição das mulheres no processo de luta pela Independência da Bahia, e destaca que a história oficial só muito “recentemente” passou a reconhecer a importância da figura de Maria Felipa de Oliveira. Do mesmo modo, do ponto de vista governamental, a importância da atuação dessa personagem levaria mais de 180 anos para ser lembrada. O reconhecimento oficial foi fruto de um longo percurso iniciado ainda em janeiro de 1905, quando o “Conselho Municipal da Ilha de Itaparica recebe um abaixo-assinado solicitando que determinada rua passe a ter o nome de Maria Felipa de Oliveira”.<sup>58</sup> Contudo, a solicitação somente foi atendida em 2007, ou seja, após um século. Já no nível estadual, será também em 2007 que o nome de Maria Felipa de Oliveira passou a ser incluído no circuito oficial das comemorações do 2 de Julho, como uma das grandes homenageadas pela Independência baiana.<sup>59</sup>

O ano de 2008 marca uma nova iniciativa em direção à lembrança do nome de Maria Felipa de Oliveira como heroína da Independência quando a Secretaria da Cultura do Estado (SECULT) e o Instituto de Radiodifusão Educativa da Bahia (IRDEB) abriram edital para realização de fomento à criação de programas-piloto para a televisão, com

---

<sup>56</sup> No processo de desenvolvimento da sua pesquisa, Eny Kleyde Vasconcelos Farias – Professora das Faculdades Integradas Olga Mettig (FAMETTIG) – coletou depoimentos e narrativas sobre os feitos de Maria Felipa, trabalho que resultou na construção de uma narrativa histórica a partir da memória coletiva. Tais narrativas se encontram registradas nas chamadas “Cartas de Cessões”, documentos registrados em cartório contendo os registros dos depoimentos e as declarações de alguns dos moradores mais antigos da Ilha de Itaparica.

<sup>57</sup> FARIAS, Eny Kleyde Vasconcelos. *Maria Felipa de Oliveira: heroína da independência da Bahia*. Salvador: Quarteto, 2010.

<sup>58</sup> Cruz, 2008, p. 6.

<sup>59</sup> Cruz, 2008, p. 6.

recursos financeiros oriundos do Fundo de Cultura, objetivando estimular a produção independente e valorizar temas e personagens históricos e diversificar a programação da Rádio Educadora FM 107.5. Dentre os temas que deveriam ser contemplados pelos projetos de radionovela, destaca-se “Outras Histórias do 2 de Julho – Maria Felipa, a heroína esquecida”.<sup>60</sup> A inclusão do nome de Maria Felipa de Oliveira se insere no processo de valorização dessa personagem para a história da Bahia.

No início da década seguinte, em 2011, a Secretaria de Cultura do Estado (SECULT) e a Fundação Pedro Calmon, em comemoração ao 2 de Julho, com o objetivo de ampliar o conhecimento acerca desse “importante fato da história do Brasil”, convidaram os baianos para “saudar os heróis da Independência”. As comemorações foram marcadas por iniciativas, como, palestras, publicações e cortejos, e trouxeram, também, uma exposição fotográfica abordando a representação popular sobre as mulheres que participaram das lutas pela Independência:

**Exposição** – Situada na rota do desfile, a Biblioteca Anísio Teixeira (Ladeira de São Bento) abrirá suas portas no dia 2 de Julho, das 9 às 17h, com a exposição Heroínas da Independência da Bahia. A mostra presta homenagem às mulheres que lutaram pela Independência do Brasil na Bahia: Maria Felipa, Maria Quitéria, Joana Angélica e as lendárias Caretas de Saubara, representantes do Recôncavo Baiano. Imagens revelarão a representação popular sobre essas mulheres, como a figura da Cabocla, que une história e religiosidade.<sup>61</sup>

A exposição marca uma paulatina ampliação do processo de valorização da atuação das mulheres das camadas populares nas lutas de Independência por parte do governo do Estado. A inclusão das “lendárias Caretas de Saubara” figura como evidência desse fato. Destaca-se, no entanto, que em Saubara, no Recôncavo Baiano, o grupo cultural denominado Caretas do Mingau realiza há mais de 100 anos um cortejo de mulheres, que se constitui em uma manifestação folclórica em celebração à participação das mulheres do município no processo de Independência do Brasil na Bahia.

Em 2008, o governo do Estado da Bahia, na tentativa de empreender uma política de contratação de atrações culturais para o cortejo ao 2 de Julho, passou a disponibilizar verbas, com o objetivo de financiar a participação de diversos grupos culturais no desfile. E, a fim disso, promoveu uma seleção realizada pela Fundação Cultural do Estado da

---

<sup>60</sup> SECULT e IRDEB lançam três editais para a produção de rádio e TV. In. *Diário Oficial do Estado da Bahia*. Poder Executivo. Ano XCIII - Nº 19.800. Salvador, Bahia, 18 set. 2008. p. 05.

<sup>61</sup> Fundação Pedro Calmon Programa as Comemorações do Estado para o 2 de Julho. In. *Diário Oficial do Estado da Bahia*. Poder Executivo. ANO XCV - Nº 20.595. Salvador, Bahia. 1 jul. 2011. p. 04 – 05.

Bahia (FUNCEB) – Edital 001/2018 –, na qual o grupo Caretas do Mingau foi selecionado em primeiro lugar, passando a fazer parte da lista dos Grupos da Cultura Popular, fato que se repetiria nos anos seguintes.<sup>62</sup>

Vale destacar que a vitória na seleção como grupo da cultura popular não encerra o processo de luta da manifestação cultural das Caretas do Mingau de Saubara pela implementação de políticas públicas que reconheçam a sua relevância como uma memória histórica. É exemplo desse fato a busca pelo reconhecimento da manifestação cultural como patrimônio imaterial, cuja solicitação de registro foi realizada no ano de 2015 junto ao Instituto do Patrimônio Artístico e Cultural da Bahia (IPAC) e, até o momento, em 2025, permanece sem alcançar os seus objetivos.

Em 2023, durante as celebrações do bicentenário da Guerra de Independência do Brasil na Bahia, em texto publicado na Edição Especial do *Diário Oficial do Estado da Bahia*, o governador Jerônimo Rodrigues destaca a importância da diversidade da participação popular na luta da independência:

Através dessa expressiva participação popular é possível notar uma verdadeira territorialização da guerra travada na Bahia em que muitos municípios do interior do estado colaboraram para as nossas lutas: enviando voluntários, armas, mantimentos, ou mesmo travando em seus territórios modos diversos de resistência. E é justamente em função dessa diversidade de participação popular que as referências da Independência do Brasil na Bahia foram sendo constituídas em torno não de um, mas de uma diversidade de personagens: Maria Quitéria, Maria Felipa, Joana Angélica, o general Labatut, o Corneteiro Lopes, João das Botas, as Caretas do Mingau, dentre outras. Apontando, mais uma vez, para a dimensão coletiva que exige a construção de uma nação.<sup>63</sup>

A fala do governador expressa o reconhecimento oficial da contribuição dada pelas camadas populares para a vitória na Guerra de Independência, bem como a valorização da atuação das mulheres nas lutas coletivas que marcaram o conflito. Na mesma edição do *Diário Oficial do Estado*, Bruno Monteiro, Secretário de Cultura do Estado da Bahia, destaca que, como parte das comemorações do bicentenário, as “heroínas da Independência” passaram a ser contempladas nas escolas:

Em parceria com a Secretaria de Educação, a Secretaria de Cultura tem levado para dentro das escolas o tema da Independência do Brasil na Bahia de forma muito criativa e interativa, com gincanas; conteúdos produzidos pelos próprios estudantes, como mini documentários; materiais didáticos comprometidos com

---

<sup>62</sup> Ver: Diário Oficial do Estado da Bahia. Poder Executivo. ANO CII. Nº 22.438 SALVADOR, Bahia, 15 jul. 2018; Diário Oficial do Estado da Bahia. Poder Executivo. ANO CV. Nº 23.040. Salvador, Bahia, 01 dez. 2020.

<sup>63</sup> RODRIGUES, Jerônimo. A Bahia na vanguarda da Luta por Liberdade. In. *Diário Oficial da Bahia*. Poder Executivo. Ano CVII. Nº 23.695. SALVADOR, Bahia, 2 jul. 2023. p. 01.

a temática; além de um curso específico de formação para professores sobre a história de Independência.<sup>64</sup>

A divulgação nas escolas dos dados históricos que dão conta da existência e atuação de Maria Felipa de Oliveira e das Caretas do Mingau na Guerra possui a importante função de atuar como um momento de reparação às mulheres negras, uma vez que suas narrativas constituem movimentos de resistência das mulheres negras face aos conflitos armados que marcaram a Guerra de Independência no território baiano.

Do mesmo modo, a inclusão dos nomes de Maria Felipa de Oliveira e das Caretas do Mingau, como “heroínas da Independência” no contexto das celebrações do bicentenário do 2 de Julho, realizadas em 2023, contribui para a valorização do protagonismo da mulher negra nos processos de Independência, favorecendo a reprodução de uma história orientada pela perspectiva decolonial e antirracista.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

As narrativas oficiais sobre a história da Guerra de Independência do Brasil na Bahia, assim como dos festejos ao 2 de Julho, ao longo dos seus 200 anos de existência, tendeu a ser marcada pelo processo de apagamento ideológico da história das mulheres que participaram da guerra. É fato que houve raras exceções, a exemplo de Maria Quitéria de Oliveira e Joana Angélica que sempre estiveram presentes nas narrativas oficiais sobre a guerra. Contudo, as suas vidas permaneceram pouco estudadas, e apenas a partir do final do século XX e início do século XXI têm sido alvo de maiores investigações acadêmicas.

A Guerra de Independência do Brasil na Bahia foi marcada por nomes como a soror Joana Angélica, Maria Quitéria de Jesus, Maria Felipa de Oliveira e as Caretas do Mingau. Figuras e histórias que não nasceram para o protagonismo no projeto de Brasil pensado pelas elites que construíram a história oficial de nosso país. Todavia, conseguiram ultrapassar as fronteiras sociais e políticas e existir na memória coletiva da sociedade brasileira.

Ainda há muito o que se estudar e conhecer sobre as mulheres que fizeram parte da Guerra de Independência, para tanto, é necessário combater a “invisibilidade ideológica” que tenta apagar, silenciar, as lutas das mulheres do passado.

---

<sup>64</sup> MONTEIRO, Bruno. Uma história assentada em artefatos culturais. In. *Diário Oficial da Bahia*. Poder Executivo. Ano CVII. Nº 23.695. SALVADOR, Bahia, 2 jul. 2023. p. 1-3.

Precisamos pensar no que Saidyia Hartman chamava de “a violência original dos arquivos”, segundo a qual o arquivo repousa sobre uma violência fundadora que determina, regula e organiza os tipos de afirmações que podem ser formuladas e também cria sujeitos e objetos de poder, pois os arquivos foram historicamente constituídos por homens brancos e com o poder de decidir quais sujeitos e documentos seriam descartados ou preservados.<sup>65</sup>

Os homens, ao longo do tempo, foram os responsáveis pelo processo de conformar os arquivos, ou seja, pelo processo de selecionar os documentos que entraram para a história, por acreditarem que são dotados de historicidade, e o que deveria ser descartado. Para esses homens, que olhavam a partir do seu lugar de privilégio, o que as “heroínas da Independência” fizeram não era importante. Portanto, é necessário que a busca nos arquivos baianos seja imbuída pelo desejo de dialogar com as mulheres do passado, interrogando os documentos, fazendo questionamentos que sejam capazes de trazer à luz as suas histórias de vida, seus desejos, seus pontos de vista.

Um dos papéis da história, quando se faz uma releitura, é mostrar que existem outras interpretações possíveis, outras realidades. Nesse sentido, as comemorações ao bicentenário da Independência do Brasil na Bahia, marcadas pela valorização das “heroínas da Independência” – Joana Angélica, Maria Quitéria de Jesus, Maria Felipa de Oliveira e as Caretas do Mingau –, são de fundamental importância para que a sociedade conheça essas histórias e os aspectos da vida social e política dessas mulheres fora do dispositivo amoroso e materno. Que meninos e meninas tenham acesso a sua história; os meninos para respeitarem as mulheres e suas histórias de luta, e as meninas para pensarem infinitas possibilidades profissionais e de vida.

É necessário lembrar o compromisso que a história tem com o social; quando traz à cena diversas categorias sociais, ela possibilita a construção de identidades, e com estas, referências que sustentam cada pessoa na sua existência. As histórias pessoais devem ser valorizadas, pois se estar representado na história e fazer parte dela é ter a noção de que cada movimento individual faz parte do coletivo e a esse coletivo interessa a história. Sendo assim, nesse projeto de Brasil, as mulheres devem ter lugar reservado para a participação na construção de uma nação de iguais. Desse modo, a sua participação na

---

<sup>65</sup> HARTMAN, Saidiya. Vênus em dois atos. In. *Revista ECO-Pós*, v. 23, n. 3, p. 12-33, 24 dez. 2020. p. 27.

história atua na melhoria da autoestima, possibilitando o crescimento do sentimento de resistência e principalmente de luta, de cidadania.

Em 2023, o fato de o ciclo de comemorações cívicas do Dois de Julho ser marcado pela valorização da presença de mulheres na Guerra de Independência do Brasil na Bahia demonstra que as festividades estão assinaladas pela valorização da diversidade. Diversas, também, são as origens, a história de vida e a estratégia de luta desenvolvidas por essas mulheres no momento fundador da nacionalidade brasileira e da memória histórica regional.

Logo, a memória e o esquecimento das “heroínas da Independência” são construções em disputa no campo político e social, no qual o presente não pode perder de vista os sentidos contidos no passado através da memória. Dessa forma, no ano em que se comemora o bicentenário da Independência do Brasil, torna-se oportuno destacar personagens pouco evidenciadas, resgatando o papel desempenhado pelas mulheres nesse evento, uma vez que a própria literatura pouco se dedicou a elas.

Sabemos que não é possível modificar o passado, mas podemos alterar a compreensão que temos dele. A realização da homenagem às “heroínas da Independência” nos festejos realizados em comemoração ao bicentenário da Guerra de Independência do Brasil na Bahia é exemplo de como, no presente, podemos desenvolver estratégias para pensar o passado de modo a ampliar e/ou alterar a compreensão que se tem dele.

**Recebido em: 6 de julho de 2024**  
**Aprovado em: 3 de março de 2026**